

Breve nota à interlocução entre pensadores da educação e Marx

*José Paulo Netto**

* Professor Emérito da ESS/UFRJ, ensaísta, autor de vários títulos referidos aos clássicos da tradição marxista e organizador, entre outras, da antologia marxiana *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Observe-se que o presente texto foi preparado como subsídio a um evento de profissionais brasileiros da educação por um não-especialista da área – trata-se mesmo de um “olhar externo” à área, donde a sucinta remissão à sua documentação específica.

A tematização da problemática da educação presente na obra marxiana (em parceria ou não com Engels, pensador de luz própria e nesta oportunidade secundarizado) constituiu, ao longo do século XX, um objeto significativo do interesse de pensadores da educação, de pedagogos e também de intelectuais (sociólogos e psicólogos) dedicados ao estudo desta área – fosse no trato das concepções teórico-filosóficas que dos textos pertinentes se podiam inferir, fosse no arsenal heurístico que ofereciam para a análise da educação e das instituições educacionais próprias da ordem burguesa, fosse, ainda, no que inspiravam para a implementação e para o exame de projetos inovadores de instituições e práticas educacionais ¹.

Por razões sócio-históricas e culturais que nem sequer podem ser aludidas aqui ², o interesse por aquela tematização ampliou-se visivelmente no terceiro quartel do século XX. Ainda que se possa constatá-la em plano mundial ³, esta ampliação foi particularmente notável na Europa Ocidental e nas regiões periféricas onde a incidência dos debates europeus (em especial franceses e italianos) provocados pela obra de Marx

¹ Neste último âmbito, vale lembrar que experiências e inovações (v.g., Makarenko, Pistrak *et alii*) decorreram em conjunturas (algumas conturbadas) de breve duração e em momentos em que textos fundamentais de Marx ainda permaneciam inéditos ou quase inacessíveis – sobre a fortuna editorial de Marx, das primeiras publicações à edição da *MEGA*, passando pela *MEW* e chegando à *MEGA*², cf. E. J. Hobsbawm, org., *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, I, 1979; E. Mazzone, ed., *Mega²: Marx ritrovato*. Roma: Media Print, 2002 e, ainda, R. Fineschi, *Un nuovo Marx*. Roma: Carocci, 2008 e R. Fineschi e R. Bellofiore, eds., *Re-Reading Marx. New Perspectives after the Critical Edition*. London: Palgrave Macmillan, 2009. Dentre os estudiosos brasileiros que também se detiveram sobre tal fortuna, refiram-se os textos de H. E. G. Cerqueira e L. de Deus, coligidos em J. A. de Paula, org., *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 e o ensaio de P. L. Costa Neto, “Notas introdutórias sobre a publicação das obras de Marx e Engels” (*Crítica marxista*. S. Paulo, nº 30, 2010).

² De um ponto de vista mais geral, tais razões podem ser sumariamente detectadas nas panorâmicas oferecidas por E. J. Hobsbawm, *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. S. Paulo: Cia. das Letras, 1995, Parte Dois, mas esp. pp. 289-296. Do ponto de vista da tradição marxista e do movimento comunista, tanto no Ocidente quanto em países do “socialismo real”, o arejamento dos debates e as elaborações subsequentes à denúncia da era stalinista, aberta pelo XX Congresso do PCUS (1956), derivaram numa atmosfera intelectual que então foi bem caracterizada por Sartre: “o marxismo, como quadro formal de todo pensamento filosófico de hoje, é insuperável” (cf. “Uma carta de Jean-Paul Sartre”, in R. Garaudy, *Perspectivas do homem. Existencialismo, pensamento católico, marxismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 113) e que, ainda então, permitiram a Lukács prospectar um “renascimento do marxismo” (cf. J. P. Netto, “G. Lukács: um exílio na pós-modernidade”, in M. O. Pinassi e S. Lessa, orgs., *Lukács e a atualidade do marxismo*. S. Paulo: Boitempo, 2002).

³ Para o caso dos Estados Unidos, cf. J. Anyon, *Marx and Education*. New York: Routledge, 2011. Na América do Norte, assim como no Brasil (cf., *infra*, a nota 9), ao tempo também surgiram tendências crítico-renovadoras no pensamento pedagógico, mas não vinculadas à matriz marxista, de que é exemplo o trabalho de McLaren – cf. P. McLaren, *A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997; cf. M. Pruyne & L. Huerta-Charles, eds., *Teaching Peter McLaren. Paths of Dissent*. New York: P. Lang, 2005.

e de seus continuadores era marcante – basta recordar como reverberaram sobre a mencionada tematização, notadamente a partir de finais da década de 1960, e com força até os anos 1980, a influência, na sua leitura (leitura, aliás, facilitada pela publicação de seletas marxianas ⁴), da incorporação do pensamento althusseriano e do resgate – explícito ou não – do tônus gramsciano ⁵.

No apagar das luzes do terceiro quartel do século XX – e se pode tomar como índice cronológico os anos imediatamente subsequentes aos eventos disruptivos de 1968 –, a ampliação referida foi bastante afetada: instaura-se o clima ídeo-político do que foi designado por “tempos conservadores” ⁶, com a maré-montante pós-moderna acantonando a reflexão de inspiração marxista em todas as áreas do conhecimento (mormente no domínio da história) e compatibilizando em especial (mas não exclusivamente) o ideário acadêmico com a voga do mal-chamado *neoliberalismo* ⁷. Como seria de esperar, também a interlocução entre os pensadores da educação e Marx viu-se igualmente vulnerabilizada por tal *Zeitgeist*, que ainda hoje tem vigência.

Há a salientar, contudo, que, pressionadas fortemente pelo “pensamento único”, a reflexão marxista, de uma parte e, de outra, a interlocução entre os pensadores da educação e Marx não se exauriram. Ao longo dos últimos quarenta anos, a tradição marxista resistiu e desenvolveu elaborações que não só a renovaram como, ademais, permitiram-lhe responder ao assalto conservador com uma produção muito diferenciada que pôs a nu a natureza regressiva dos “tempos conservadores”, fundamentalmente (mas

⁴ Cf. as organizadas por P. N. Grusdew (*Über Erziehung und Bildung*. Berlin: Volkseigener, 1971), por R. Dangeville (*Critique de l'éducation et de l'enseignement*. Paris: Maspero, 1976) e por A. S. Rugiu (*L'Uomo fa l'Uomo*. Firenze: La Nuova Italia, 1976).

⁵ Lembre-se do influxo, à época, dos estudos de M. A. Manacorda (*Il marxismo e l'educazione*, de 1964-1966 e *Marx e la pedagogia moderna*, de 1966) e das ideias de L. Althusser (com destaque para as expandidas em “Idéologie et appareils idéologiques d'État: notes pour une recherche”, de 1970). Mas, naqueles anos, a interlocução entre a área da educação e Marx experimentou estímulos provindos de outros circuitos culturais – recordem-se, à guisa de ilustração, os contributos de B. Suchodolski (cf. ed. cast., *Teoría marxista de la educación*. México: Grijalbo, 1966), H. E. Wittig (*Karl Marx: Bildung und Erziehung*. Schöning: Paderborn, 1968) e M. Sarup (*Marxism and Education*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978). Para o impacto daquele influxo no Brasil, cf., entre outros títulos, O. H. Yamamoto, *A educação brasileira e a tradição marxista*. S. Paulo/Natal: Moraes/EDUFRRN, 1996.

⁶ Cf. A. Cueva, org., *Tempos conservadores. A direitização no Ocidente e na América Latina*. S. Paulo: Hucitec, 1989. Um trato elucidativo do impacto desses *tempos conservadores* no âmbito da educação encontra-se em vários títulos publicados no Brasil – cf., p. ex., J. C. Lombardi, org., *Globalização, pós-modernidade e educação*. Campinas/Caçador: Autores Associados/Universidade do Contestado, 2001.

⁷ É longa a bibliografia crítica sobre o caráter regressivo dos componentes constitutivos dos “tempos conservadores” e certamente de largo conhecimento, pelo que nos dispensamos de mencioná-la aqui – o que já fizemos em outras oportunidades; cf., p. ex., o já citado “G. Lukács: um exílio na pós-modernidade” e o posfácio a Carlos Nelson Coutinho, *O estruturalismo e a miséria da razão*. S. Paulo: Expressão Popular, 2010.

não só) com contribuições seminais na crítica da economia política e na teoria política⁸. Também há que fazer notar que, especialmente em regiões periféricas, a interlocução entre pensadores da educação e a tradição marxista, construída sobretudo no terceiro quartel do século XX, resistiu e inovou-se, inclusive com a discussão de novas fontes (v.g., a incorporação dos debates em torno de L. S. Vygotsky) – este é o caso brasileiro, com o desenvolvimento, desde o final dos anos 1970, da chamada *pedagogia histórico-crítica*, produto da intervenção de intelectuais de gerações diversas, quase sempre em profícuo diálogo com correntes afins de outras áreas do pensamento social⁹.

Qualquer que seja a aproximação que se faça à interlocução que estamos mencionando, é indiscutível que ela pode ser mais qualificada, vitalizada e potencializada na sua fecundidade. O econômico texto que se segue pretende, sem qualquer originalidade, mas com algum teor polêmico, ser um contributo neste sentido.

1.

É conhecido o desabafo de Marx, de fins da década de 1870: “Tudo o que sei é que não sou marxista” – anos depois registrado na correspondência de Engels¹⁰ e, posteriormente, explorado nos mais diversos sentidos. Aqui cabe anotá-lo apenas como indicador de que já Marx distinguia claramente seu pensamento e sua obra das interpretações que deles emergiam ainda com ele em vida.

Penso que, além de correta, é importante a distinção entre o pensamento e a obra de Marx (que nomeio marxiano/marxiana) e o acúmulo teórico e ídeo-político dela derivado. Entenda-se por *acúmulo* os desenvolvimentos, as descobertas, os avanços –

⁸ Dessas elaborações, há que destacar, entre tantas, o diferenciado contributo de E. Mandel, I. Mészáros, D. Harvey, F. Chesnais, M. Husson, R. P. Brenner, D. Losurdo e E. M. Wood.

⁹ Cumpre notar que, no debate brasileiro, a *pedagogia histórico-crítica* não é a única corrente que, entre os pensadores da educação, reivindica um caráter crítico (lembrem-se, p. ex., as correntes inspiradas no pensamento de Paulo Freire) – mas, salvo erro, é a *pedagogia histórico-crítica* a única que se reclama explicitamente marxista e já é considerável a bibliografia pertinente e dedicada a ela, que tem como expoente D. Saviani; citem-se apenas duas referências recentes: A. C. Galvão Marsiglia, org., *Pedagogia histórico-crítica. 30 anos*. Campinas: Autores Associados, 2011 e P. J. Orso *et alii*, orgs., *Pedagogia histórico-crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização*. Curitiba: CRV, 2014. Além das obras do próprio Saviani, cf. também, entre outros, vários trabalhos de N. Duarte, J. C. Lombardi (deste, há que destacar a competente tese de livre-docência, *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels*, apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP em março de 2010) e G. Frigotto. Esta corrente, escusa observar, tem envolvido esforços de muitos pensadores, em especial vinculados à academia, autores de contribuições qualificadas.

¹⁰ Carta a C. Schmidt, de 05/agosto/1890 – cf. *Marx-Engels Werke*. Berlin: Dietz, v. 37, 1967, p. 436.

mas também as contrafações, os equívocos e, no limite, as falsificações (porque as houve!) – levados a cabo pelas sucessivas gerações de teóricos, pesquisadores, dirigentes e militantes políticos que, reclamando como ponto de partida a obra marxiana, empenharam-se em desdobrar, ampliar e instrumentalizar ideias e proposições de Marx. Estou convencido de que a obra marxiana funda uma linhagem teórica e ídeo-política (o *acúmulo* referido), que a ela se refere e da qual ela não pode ser divorciada – funda exatamente a diferenciada *tradição marxista*; mas a fonte não se equaliza, necessariamente, aos seus desdobramentos.

De fato – e, a meu ver, indubitavelmente –, a obra marxiana não pode ser identificada sumariamente ao que, a partir do último quartel do século XIX, começou a consolidar-se como *marxismo*. E algo da diferenciação entre a obra marxiana e o marxismo credita-se à própria fortuna editorial do espólio de Marx – *o marxismo é originalmente construído sem o aporte de substantivas reflexões de Marx*¹¹. Todavia, não é o desconhecimento textual o componente mais decisivo a distinguir a obra marxiana no interior da tradição teórica e ídeo-política de que ela é o momento fundante. Vetores de outra natureza respondem por essa distinção – e aqui só podemos mencionar os dois mais determinantes.

Em primeiro lugar, na escala em que a elaboração marxiana instaura uma teoria medularmente vocacionada para subsidiar a ação revolucionária, compreende-se sem dificuldade que sua incorporação/assimilação por sujeitos políticos (individuais e coletivos, personalidades e partidos e movimentos sociais) esteve mediada pelas tarefas prático-políticas, conjunturais e estratégicas (determinadas pelo nível de desenvolvimento das relações capitalistas e, logo, das lutas de classes), que se colocavam a tais sujeitos em seus espaços nacionais e, ainda, pelos contextos culturais em que se inscreviam (sua herança intelectual, seus interlocutores). As concepções/interpretações marxistas que assim se elaboravam foram necessariamente distintas. Em segundo lugar, na escala em que se foi constituindo o marxismo, também

¹¹ Cf., *supra*, a nota 1. Recorde-se que figuras *essenciais* na constituição e desenvolvimento da tradição marxista *não* conheceram textos fundamentais de Marx – Kautsky, Plekhanov, R. Luxemburgo, Lenin e Gramsci, por exemplo, produziram suas obras sem ter acesso aos *Cadernos de Paris*, aos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, a *A ideologia alemã* e aos *Grundrisse*. Também o pensamento seminal da tradição marxista na América Latina – o de J. C. Mariátegui – desconheceu essas fontes; o mesmo vale para a obra, tão influente, de Ponce, de meados dos anos 1930, traduzida no Brasil quase três décadas depois e largamente republicada entre nós (cf. A. Ponce, *Educação e luta de classes*. S. Paulo: Fulgor, 1963).

ganharam ponderação os aparatos institucionais e organizacionais que parametravam aquelas tarefas prático-políticas, incidindo num progressivo enquadramento dos padrões de elaboração ídeo-política. A constituição do marxismo, historicamente, processou-se no marco da institucionalização político-partidária do movimento comunista – a evolução desse enquadramento é flagrante se se coteja o papel desempenhado pela Segunda e pela Terceira Internacionais¹². Com efeito, no caso da organização criada em 1889, a constituição do marxismo operou-se num aberto confronto de ideias e concepções – no “marxismo da Segunda Internacional”, não se excluiu a colisão direta e franca entre diversas interpretações de Marx (recordem-se as polémicas em que se enfrentaram Kautsky/Bernstein/R. Luxemburgo); já a consolidação do “marxismo da Terceira Internacional” decorreu, passados dez anos da fundação do organismo, mediante a entronização de um “marxismo justo” e a exclusão de quaisquer polémicas em torno dele¹³.

Numa aproximação sumária, constata-se que a constituição do marxismo deu-se num tenso processo, iniciado nos últimos anos de vida de Marx e testemunhado por Engels¹⁴, que culminou, ao fim do primeiro terço do século XX, na concepção que – gestada já no “marxismo da Segunda Internacional” – foi modificada e consagrada pela

¹² Cf. A. Kriegel, *Les Internationales ouvrières*. Paris: PUF, 1964. Sobre a Segunda Internacional, cf. J. Joll, *La II Internacional. 1889-1914*. Barcelona: Icaria, 1976 e R. Rocha, *O movimento socialista no limiar dos impérios financeiros*. Belo Horizonte: O Lutador, 2006. Sobre a Terceira Internacional, cf. P. Broué, *História da Internacional Comunista. 1919-1943*. S. Paulo: Sundermann, I-II, 2007 e F. Claudín, *A crise do movimento comunista*. S. Paulo: Expressão Popular, 2013.

¹³ Evidentemente, as polémicas prosseguiram, mas ao preço da exclusão dos polemistas do movimento comunista oficial – foram emblemáticas as “ex-comunhões” comandadas pela cúpula da Terceira Internacional em escala mundial e/ou pelos seus representantes nacionais. É óbvia a relação deste processo com o sumariado por J. Ellenstein, *O Estalinismo. História do fenómeno estaliniano*. Lisboa: Europa-América, 1976; sobre o seu personagem central, à clássica obra de I. Deutscher, *Stalin. Uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, acrescentem-se textos produzidos mais recentemente: D. Volkogonov, *Stalin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1-2, 2004 e Z. A. e R. A. Medvedev, *Um Stalin desconhecido*. Rio de Janeiro: Record, 2006; cf. também, em outro registro, D. Losurdo, *Stalin. História crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010. E vale ainda o recurso a M. L. Salvadori, “A crítica marxista ao stalinismo”, in E. J. Hobsbawm, org., *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, VII, 1986.

¹⁴ O velho Engels, diga-se de passagem, preocupou-se muito com os reducionismos e vulgarizações que então se manifestavam na difusão da obra de Marx (e da sua própria) – p. ex., já em 1886, ele invectivava contra aqueles consideravam a teoria de ambos “de um modo dogmático, como uma doutrina”, tomando-a como “um credo” (carta a F. A. Sorge, de 29/XI/1886; cf. a já citada *Marx-Engels Werke*, v. 36, 1967); cf., a título de outros exemplos paradigmáticos, além da carta citada *supra* na nota 10, as suas missivas a J. Bloch (21-22/IX/1890), a C. Schmidt (27/X/1890) e a W. Borgius (25/I/1894) – recolhidas na mesma fonte, vols. 37-38-39, 1967-1968.

Terceira Internacional: o *marxismo-leninismo*¹⁵. Neste, convertido em *doutrina*, o legado teórico de Marx é tomado como “concepção do mundo científica da classe operária”, comportando dois blocos de saber interligados: o *materialismo dialético* e o *materialismo histórico*. O primeiro seria uma teoria geral do ser (contraposta à “metafísica”), que privilegia o movimento e as contradições; o segundo seria a aplicação dos princípios desta teoria geral do ser ao estudo da sociedade. O “método dialético”, posto como o mais adequado ao trato da natureza e da sociedade, foi reduzido a uma pauta que contempla certo número de “leis” (a coexistência e a unidade dos contrários, a transformação da quantidade em qualidade etc.) e que, “aplicado” à sociedade, examina as instituições sociais como determinadas (“em última instância”) pela infra-estrutura (“base”) econômica¹⁶. Com forte contaminação positivista (como já o era o marxismo da Segunda Internacional) e, bem posteriormente, neopositivista¹⁷, esse marxismo-leninismo, construído pela Terceira Internacional stalinizada e facilmente manualizável, acabou por se impor, durante décadas, por meios persuasivos e/ou coercitivos, como a “justa” expressão das ideias de Marx¹⁸ – e ainda hoje lastreia, ademais de certa publicidade marxista, boa parte da polêmica conduzida por seus adversários: afinal, se a isto se reduz o essencial do pensamento de Marx, nada é mais simples que desconstruí-lo, pondo a nu as suas óbvias debilidades.

A generalização desse marxismo-leninismo não esgotou, evidentemente, o legado de Marx no século XX: se tal marxismo vulgar foi a face mais visível da herança de Marx, no seu contraponto se gestaram correntes e tendências a ele críticas e opositivas. Intelectuais, dirigentes e militantes sociais revolucionários, operando em

¹⁵ Para uma síntese deste complexo processo, cf. J. P. Netto, *Capitalismo e reificação*. S. Paulo: Ciências Humanas, 1981, pp. 17-29 (2ª. ed. no prelo, a cargo do Instituto Caio Prado Jr., de S. Paulo); cf. também I. Fetscher, *Karl Marx e os marxismos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Registre-se aqui o que não cabe desenvolver nesta oportunidade, mas já foi objeto de expressiva documentação: assim como Marx não pode ser identificado sumariamente ao *marxismo*, também a Lenin não se pode creditar sumariamente o (marxismo-) *leninismo*.

¹⁶ Exposição lapidar desse *marxismo-leninismo* encontra-se no texto de J. Stalin, “O materialismo dialético e o materialismo histórico”, parte do capítulo IV da *História do partido comunista (bolchevique) da URSS* (1938). Há versão em português em J. P. Netto, org., *Stalin*. S. Paulo: Ática (col. Grandes Cientistas Sociais), 1982.

¹⁷ Já nos anos 1960, Lukács observou que a “irrupção neopositivista no marxismo atual” tinha a ver com a resiliência dos “métodos stalinistas” (cf. H.H. Holz *et alii*, *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 155; reedição, sob o mesmo título: S. Paulo: Instituto Lukács, 2014).

¹⁸ De fácil instrumentalização por aparatos de poder (partidários e estatais) e operando como legitimação de formas políticas diversas, após a crise do stalinismo a “doutrina” foi vulgarizada em tendências ainda mais pobres, estreitas e sectárias e até mesmo caricaturais – pense-se na sua utilização pelos ideólogos maoístas, albaneses ou pelo *Sendero Luminoso*.

condições diversas e distintas, vinculados ou não ao movimento comunista, com maior ou menor audiência, desenvolveram novas e outras reflexões inspirados em Marx, produzindo conhecimentos ponderáveis em diferentes campos do saber – o marxismo-leninismo, se engessou a elaboração de parte significativa do pensamento que se reclamava legatário de Marx, não impediu que fora das suas fronteiras a teorização embasada na fonte marxiana avançasse de modo fecundo ¹⁹.

Destas considerações sobre a fortuna da herança de Marx, parece claro que não se deve – senão no nível de um discurso puramente limitado ao terreno político *sans phrase* – falar em *marxismo*: o que temos, ao longo do século XX, são diversos *marxismos* que constituem o que propriamente se pode caracterizar como *tradição marxista*. Aquela herança desenvolveu-se plural e desigualmente, comportando inclusive implicações diferentes (e, mesmo, opositivas). O fato de, em maior ou menor medida, todas as correntes dessa tradição reivindicarem a fonte marxiana não tem outra serventia senão a de sinalizar o caráter fundante e seminal (próprio dos pensadores *clássicos*) da teoria social de Marx, da qual elas recolhem – nas condições específicas em que emergem condicionadas, entre outros, pelos vetores a que nos referimos parágrafos acima – o que se lhes afigura essencial do pensamento marxiano.

Claro está, a um exame ponderado, que os vários marxismos articulados no transcurso do século passado e constitutivos do acervo da tradição marxista não se apresentam como igualmente valiosos, seja do ponto de vista do seu potencial heurístico, seja do rigor na sua demanda do legado marxiano. Têm história, estrutura, significado e valor diferentes – e nenhum deles passa sem reservas críticas, algumas

¹⁹ Não é esta a oportunidade para sequer indicar a já farta documentação existente sobre a riqueza (mas também as notas problemáticas) da produção teórica do marxismo no século XX, de que são marcos, p. ex., o “marxismo ocidental” e a “escola iugoslava da práxis” (esta menos conhecida que aquele; amostras da sua produção são acessíveis em G. Petrovic, *Marxismo contra stalinismo*. Barcelona: Seix Barral, 1970; M. Markovic, *Dialéctica de la práxis*. Buenos Aires: Amorrortu, 1972 e P. Vranicki, *Storia del marxismo*. Roma, Riuniti, I-II, 1973; cf. ainda L. Bogdanic, *Praxis. Storia di una rivista eretica nella Jugoslavia di Tito*. Roma: Aracne, 2010). Tal riqueza, nalguns casos, verificou-se mesmo à sombra do marxismo-leninismo, contornando diplomaticamente seus constrangimentos (os trabalhos de G. Lukács são, aqui, a referência mais significativa). Descontada uma fonte muito discutível (a obra do ex-marxista L. Kolakowski, *Main Currents of Marxism*. New York: W. W. Norton, 2005, a ser lançada brevemente no Brasil), o exame da já citada *História do marxismo*, organizada por E. J. Hobsbawm, do aludido trabalho de Vranicki e da *Storia del marxismo contemporaneo*, empreendimento coletivo patrocinado pelo *Istituto Giangiacomo Feltrinelli* (com volumes editados a partir de 1974 pela Feltrinelli/Milano), pode oferecer uma panorâmica sugestiva da riqueza mencionada.

substantivas, outras nem tanto²⁰. Isto significa que a interlocução com Marx, se não realizada de forma direta com as fontes marxianas, sempre corre o risco de remeter a um Marx tomado parcialmente, via segunda ou terceira mãos²¹ ou, até, a um Marx imaginário²².

2.

O recurso à fonte marxiana – para sermos curtos e grossos: à textualidade de Marx – é a única garantia, *sem desconsiderar a relevância de inúmeros aportes oferecidos pela subsequente tradição marxista*, de que um traço específico da obra de Marx estará preservado na sua utilização como base teórica e suporte heurístico de pesquisa. O traço aqui em questão é a *riqueza categorial da obra marxiana* – resultado do caráter também específico do método dialético de Marx e da sua fundamentação ontológico-materialista.

Esta extraordinária riqueza não esteve presente na produção de boa parcela de marxistas ao longo do século XX – o que é explicável também por razões objetivas, dadas as condições sócio-históricas e culturais sob as quais se processou, em sua maior parte, a constituição da tradição marxista. Nos últimos quarenta anos, porém, a crescente acessibilidade à fonte marxiana permite, igualmente por razões objetivas, que aquela riqueza possa ser tornada domínio público²³ – mas esta possibilidade, em si

²⁰ Apenas para nos referirmos aos mais importantes influxos mencionados na abertura desta *breve nota* e recebidos por pensadores brasileiros da educação, mencionados na abertura desta intervenção, não é possível ignorar a bibliografia crítica pertinente às fontes daqueles influxos. Tão somente a título indicativo, no caso de Gramsci há que levar em conta as argumentações contidas em um ensaio de 1976 (“As antinomias de Gramsci”) de P. Anderson, coligido no volume *Afinidades seletivas*. S. Paulo: Boitempo, 2002, em L. Maitan, *Il marxismo rivoluzionario di Antonio Gramsci*. Milano: Nuove Edizioni Internazionali, 1987, em O. Damen, *Gramsci, tra marxismo e idealismo*. Milano: Prometeo, 1988 e em Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, esp. pp. 102-118; no caso de Althusser, aquelas que se encontram em Carlos Nelson Coutinho, no citado *O estruturalismo e a miséria da razão*, em A. S. Vázquez, *Ciência e revolução. O marxismo de Althusser*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 e em E. P. Thompson, *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 (ed. or., 1978).

²¹ Sabe-se que há intelectuais que se apresentam como marxistas e que nunca estudaram o próprio Marx...

²² Aliás, um crítico – sério, seja dito *en passant* – de Marx e da tradição marxista percorreu sobre este gênero de marxismo: R. Aron, *Marxismes imaginaires*. Paris: Gallimard, 1970.

²³ Ademais do problema da acessibilidade à fonte marxiana, questões de natureza filológica contribuíram para criar polêmicas em torno do pensamento de Marx – entre muitos exemplos, recordem-se as querelas acerca da VI tese sobre Feuerbach, desatadas nos anos 1971-1972 envolvendo A. Schaff e L. Sève (cf. números da época de *L’Homme et la Société*. Paris: Anthropos) e, depois, J. Lewis e L. Althusser (cf. números da época de *Marxism Today*. London: Communist Party of Great Britain) e o reparo de I.

mesma objetiva, não elimina um conjunto de variáveis adversas à sua conversão em realidade; assinalemos brevemente duas delas, interatuantes e auto-implicadas, aqui apenas distinguidas para uma melhor clareza expositiva.

Em primeiro lugar, a riqueza do universo categorial marxiano está hipotecada ao método de Marx, método *fundado ontologicamente* – fundamentação que opera na contra-corrente do pensamento próprio aos quadros sociais da ordem burguesa (pensamento que, mesmo na sua diversidade, na sua heterogeneidade, ou se articula na negação das dimensões ontológicas da realidade social – da sociabilidade – ou deriva na construção arbitrária de falsas ontologias, numa polaridade antitética em que se complementa a *miséria da razão* positivista e neopositivista com a força do moderno *irracionalismo*²⁴). Quando tal fundamento ontológico é obscurecido, tergiversado ou simplesmente negado, as questões metodológicas tendem a ser inscritas no quadro de

Mészáros à titulação da primeira tradução inglesa do livro I d’*O capital* (cf. I. Mészáros, *Para além do capital*. S. Paulo: Boitempo/UNICAMP, 2002, pp. 1028-1029).

Quanto a traduções de Marx, como quaisquer outras, sabe-se que não as há perfeitas; mesmo versões que se tornaram referenciais são objeto de juízos colidentes – v.g., o trabalho de W. Roces, eminente tradutor d’*O capital* ao castelhano, que recebeu encômios de L. Silva (cf. *O estilo literário de Marx*. S. Paulo: Expressão Popular, 2012, ed. orig. 1971) e observações sulfurosas de J. Semprún (cf. *Autobiografía de Federico Sánchez*. Barcelona: Planeta, 1977), ambos conhecedores do idioma alemão e de Marx. Cabe referir que, se o estudo de Marx nos originais alemães é sempre preferível à utilização de traduções, o recurso a estas não é impeditivo de uma leitura adequada e uma interpretação fecunda do pensamento marxiano (como o provam, entre nós, o labor de Florestan Fernandes e Octavio Ianni e os textos de Leandro Konder dos anos 1960). Mas é claro que não podem ser negligenciados problemas presentes em traduções de Marx ao português e há que buscar-se versões menos imperfeitas, que existem: se, na meritória primeira versão integral d’*O capital*, da lavra de R. Sant’Anna e publicada por Ênio Silveira (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967-1974), há equívocos que não podem ser desconsiderados – p. ex.: no livro III, editado em 1974, particularmente importante para a análise do capitalismo contemporâneo, na parte IV, o “capital de comércio de dinheiro” surge como “capital financeiro” e, na parte V, o capital “portador de juros” surge como “produtor de juros” (ambas as partes constitutivas do volume 5) –, tais problemas aparecem melhor equacionados em duas edições posteriores (cf. K. Marx. *O capital. Crítica da economia política*. Trad. de R. Barbosa e F. R. Kothe. S. Paulo: Abril Cultural, col. Os Economistas, vol. III, t. 1, 1984 e *idem*. Trad. de J. Barata-Moura. Lisboa: Avante!, Livro Terceiro, t. VI, 2012). Ademais, está em curso de publicação uma nova edição, em tradução de R. Enderle (*O capital. Crítica da economia política*. S. Paulo: Boitempo, livros I-II, 2013-2014). Outra referência confiável para quem não domina o alemão é a excelente edição castelhana da obra, aos cuidados de P. Scarón e em oito volumes (K. Marx, *El capital*. México: Siglo XXI, 1975-1981).

²⁴ Acerca do fundamento ontológico do pensamento de Marx, cf. G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social*. S. Paulo: Boitempo, I, 2012, esp. primeira parte, pp. 281-422; sobre o caráter anti-ontológico da filosofia moderna, cf. *idem*, esp. pp. 25-127; sobre o moderno irracionalismo, cf. *idem*, *El asalto a la razón*. Barcelona-México: Grijalbo, 1968; quanto à “miséria da razão”, cf. o livro já citado de C. N. Coutinho, *O estruturalismo e a miséria da razão*. Cf. ainda L. Kofler (S. Warynski), *La ciencia de la sociedad*. Madrid: Revista de Occidente, 1968 e C. Cases, *Marxismo e neopositivismo*. Torino: Einaudi, 1958.

uma epistemologia autonomizada que retira do método de Marx a sua essência revolucionária²⁵.

Do deslocamento da prioridade ontológica deriva o *epistemologismo*, de que decorrem, necessariamente, o amesquinçamento ou a formalização do repertório categorial marxiano e uma relação *externa* entre método e teoria. De uma parte, categorias basilares do pensamento de Marx perdem gravitação, convertem-se em meros recursos reflexivos/intelectivos²⁶ ou, ainda, incorporam-se numa perspectiva francamente funcionalista – pense-se na formalidade que de fato tem envolvido a exploração de categorias como totalidade e mediação, ambas nucleares no pensamento de Marx²⁷. De outra parte, a relação método/teoria é curto-circuitada: torna-se (artificial e artificiosamente) possível o conhecimento do método de Marx sem o conhecimento da sua teoria; o método é autonomizadamente convertido numa pauta de indicações formal-analíticas, bem à moda dos manuais de metodologia das ciências sociais acadêmicas, e num arrolamento de categorias cuja articulação é frequentemente arbitrária – e a sua “aplicação” à pesquisa de qualquer objeto mostra-se viável²⁸; opera-

²⁵ Tendência verificável no “jovem” Lukács e no Kofler de *La ciencia de la sociedad*, mas que, nestes casos específicos, *a partir da compreensão da dialética embasada em Hegel*, não afetou a apreensão do caráter revolucionário do método de Marx (cf. G. Lukács, *História e consciência de classe*. S. Paulo: Martins Fontes, 2003); o anti-ontologismo consequente compromete medularmente o chamado *marxismo analítico* (de que um típico representante é J. Elster).

²⁶ Quando a formulação marxiana é clara e inequívoca: “[...] As categorias expressam formas de ser, determinações de existência [...]” (K. Marx, *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. S. Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/UFRJ, 2011, p. 59).

²⁷ O trato superficial de ambas as categorias conduz, obviamente, ao reducionismo teórico, tão ao gosto daquelas utilizações que fazem de Marx o teórico do determinismo, com a “economia” tomada como “fator decisivo” e anulando o caráter revolucionário da teoria – ora, já no célebre texto de *História e consciência de classe* sobre Rosa Luxemburgo, Lukács advertira: “O que distingue decisivamente o marxismo da ciência burguesa não é a tese de um predomínio dos motivos econômicos na explicação da história, mas o ponto de vista da totalidade. [...] *O domínio da categoria de totalidade é o portador do princípio revolucionário na ciência*” (G. Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein*. Berlin: Malik-Verlag, 1923, p. 39). Tratamentos da categoria de totalidade encontram-se em G. Lukács, *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, esp. p. 55 e ss. e, noutro nível de aprofundamento, na já citada *Ontologia do ser social* (I e II, 2013); a relação entre totalidade e mediação, tal como posta por Lukács na esteira de Marx, é adequadamente discutida por I. Mészáros, *O conceito de dialética em Lukács*. S. Paulo: Boitempo, 2013. Cf. também as observações sintéticas, mas certas, contidas em Borón, “Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo”, in A. Borón et alii, orgs., *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires/S. Paulo: CLACSO/Expressão popular, 2007. Importante contribuição ao debate sobre a categoria de totalidade encontra-se em M. Jay, *Marxism and Totality. The Adventures of a Concept from Lukács to Habermas*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1984.

²⁸ Muito do “método” de Marx, ao longo da segunda metade do século XX, foi apresentado a partir de antologias manuais de “conceitos fundamentais” do materialismo histórico e de “categorias dialéticas” (v.g., M. Harnecker, *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. S. Paulo: Global, 1981; A. Cheptulin, *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. S. Paulo: Alfa-Ômega, 1982); boa vacina contra esse procedimento é o inteligente e polêmico texto de L. Silva, *Anti-manual para uso*

se sobre objetos com um método determinado aprioristicamente, cuja logicidade independe deles e com a opção metodológica se colocando como uma livre escolha do sujeito (constitui-se mesmo uma “lógica” – que se atribui a Marx ²⁹ – como procedimento intelectual sem a consideração de que, no processo do conhecimento, o papel *ativo* do sujeito que pesquisa não elude o papel *retor* da estrutura do objeto pesquisado).

Ademais, há que ponderar a interlocução de Marx com a herança cultural de que ele foi legatário e o diálogo que manteve continuamente com a cultura que lhe era contemporânea para apreender, mensurar e avaliar a riqueza categorial da sua obra ³⁰. A riqueza categorial de Marx também se elaborou à base da riqueza do acervo cultural e científico de que ele se apropriou criticamente ³¹. A riqueza de um objeto de pesquisa só se revela a um pesquisador que é ele mesmo um sujeito cultural e cientificamente rico. A grandeza *teórica* de Marx não é a de um erudito de saber enciclopédico (como o foi M. Weber), mas resulta da assimilação crítica rigorosa do que de mais expressivo produziu a cultura ocidental. E uma tal grandeza não se construiu com a marginalização do que lhe era contemporâneo ou da sua consideração como tábula rasa – mesmo autores menores, e até aqueles que julgava “vulgares”, foram objeto da sua

de marxistas, marxólogos y marxianos. Caracas: Monte Ávila, 2008. Tenho dúvidas de que aquela modalidade de apresentação do “método” de Marx esteja inteiramente em desuso... Formulações muito distintas e alternativas já estavam disponíveis à época; outras são hoje acessíveis – p. ex., L. Kofler, *História e dialética. Estudos sobre a metodologia da dialética marxista*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

²⁹ Abandonando-se ou ignorando-se o brilhante apontamento de autor mais citado que lido: “Se Marx não nos deixou a *Lógica* (com L maiúsculo), deixou-nos a lógica de *O capital*” (V. I. Lenin, *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p. 201). Implicação imediata desses abandono/ignorância, constatável na modalidade de apresentação do “método” de Marx referida na nota anterior: conhece-se a “lógica de Marx” sem a apropriação da lógica d’*O capital*.

³⁰ É óbvio que, sobre este ponto, são insuficientes, de modo absoluto, referências às suas “três fontes”, seja na ótica de Lenin (cf. “Karl Marx” e “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”, in V. I. Lénine, *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa/Moscovo: Avante!/Progresso, I, 1977), seja na ótica de Kautsky (cf. K. Kautsky, *As três fontes do marxismo*. São Paulo: Global, s.d.).

³¹ Observe-se, p. ex., a referencialidade literária em praticamente todos os textos significativos de Marx – longe de qualquer erudição, a presença da arte (Homero, Dante, Shakespeare, Cervantes, Diderot, Goethe, Heine, Balzac...) é a viva integração do conhecimento estético na construção teórica, como se pode verificar em K. Marx-F. Engels, *Cultura, arte e literatura. Textos escolhidos*. S. Paulo: Expressão Popular, 2010 – cf., ainda, os ensaios de G. Lukács, *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Porto: Nova Crítica, s.d. e “Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels”, apenso à antologia de Marx-Engels que acabamos de citar. No campo da ciência, sabe-se da atenção de Marx ao trabalho de C. Darwin, mas não se pode esquecer do seu interesse pelos estudos de J. von Liebig, de J. R. Mayer e de J. Tyndall, entre outros (cf. J. B. Foster, *A ecologia de Marx. Materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005); recordem-se, também, as suas investigações matemáticas, centradas nos cálculos diferencial e integral, que W. Endeman reuniu em K. Marx, *Mathematische Manuskripte*. Kronberg im Taunus: Scriptor, 1974 – cf. D. Struik, “Marx and Mathematics”, in A. B. Powell & M. Frankenstein, eds., *Ethnomatematics: Challenging Eurocentrism in Mathematics Education*. New York: SUNY, 1997 e P. Gerdes, *Marx desmythifies calculus*. Minneapolis: MEP, 2003.

perquirição³². Marx não foi um pensador que se constituiu em solilóquio nem, muito menos, auscultando somente aqueles com os quais concordava³³.

Por isso, uma alta qualificação cultural e científica é condição necessária (embora não suficiente) para a apreensão ampla e rigorosa da riqueza categorial da obra de Marx. Está claro que seria algo exorbitante, ademais de tolo, exigir de (ou supor em) todos e (em) de cada um dos que se inscrevem na tradição marxista os requisitos culturais e científicos que permitiram a Marx a elaboração da sua obra. Mas é igualmente claro que, se se deixa na sombra o complexo e demorado processo que, mediante o duplo diálogo de Marx (com a herança cultural e com seus diferenciados interlocutores) que possibilitou a ele a sua construção teórica e se, ao mesmo tempo, se ignora a base mínima daqueles requisitos e as suas implicações para a produção de *novos conhecimentos*, então a apreensão referida vê-se medularmente prejudicada³⁴.

A outra variável – dentre as várias que problematizam a apreensão da riqueza categorial específica da obra marxiana – diz respeito a um processo já perceptível ao tempo de Marx, mas que se desdobrou ao longo do século XX e teve suas incidências aprofundadas e hipertrofiadas na sua segunda metade: *a divisão sócio-técnica do trabalho intelectual*.

Ao teórico típico do passado, de largos horizontes, intelectual omnidesenvolvido e omnicultivado, veio pouco a pouco sucedendo o teórico cada vez mais especializado e menos universalista, tanto mais conhecedor do seu “ramo” quanto mais inculto no trato do “geral”. Um senso comum elementar respalda e legitima o estreitamento dos horizontes culturais conexo à especialização dos intelectuais: a magnitude e a complexidade da massa crítica (a imensidão dos conhecimentos estocados) já não propiciam, de há muito, pensadores qualificados para mais além de suas áreas de formação/intervenção. Conforme este senso comum, que permeia o conjunto das instituições sociais, tornou-se inviável para praticamente todas as categorias de

³² Na Economia Política, prova-o suficientemente o exame a que foram submetidos muitos precursores e contemporâneos de Marx no que seria o livro IV d’*O capital* (K. Marx, *Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico*. S. Paulo: DIFEL, I-II-III, 1980-1985).

³³ Esta notação é obviamente acaciana, mas se me afigura de bom senso para vacinar contra o generalizado vezo de muitos marxistas que só se nutrem intelectualmente de literatura marxista – caberia indagar que “marxistas” Marx pôde estudar...

³⁴ O *complexo e demorado processo* que acabamos de referir pode ser bem detectado, por exemplo, em textos como os de Rossi (M. Rossi, *Da Hegel a Marx*. Milano: Feltrinelli, 4 vols., 1974-1976 – esp. vols. 3 e 4) e de Dal Pra (M. Dal Pra, *La dialettica in Marx. Dagli scritti giovanili all’”Introduzione alla critica dell’economia politica”*. Bari: Laterza, 1977, ed. orig. 1965)

intelectuais, mas especialmente para a intelectualidade acadêmica, um saber qualificado que transcenda as fronteiras das suas específicas áreas de conhecimento, de formação ou de intervenção; aqueles indivíduos *fora da curva* que dele disponham (ou pretendam dele dispor) não são tomados como prova da falsidade ou infirmação desse senso comum e sim como espécimes em extinção ou, no melhor dos casos, exceções que confirmam a regra nele expressa. Trata-se de processo conectado, através de múltiplas mediações, ao desenvolvimento da divisão social do trabalho sob o capitalismo monopolista e, neste quadro, da própria transformação da função social da intelectualidade ³⁵, processo que tanto mais se aprofunda quanto mais a dimensão instrumental da racionalidade “coloniza” as relações sociais, desaguando enfim nos diversos dispositivos econômico-sociais e culturais da manipulação da interação humana ³⁶. Neste processo, para cuja análise a documentação é significativa ³⁷, os intelectuais acadêmicos – simultaneamente autores e atores, sujeitos e objetos, carrascos e vítimas – vêm-se hodiernamente divididos no plano do conhecimento e no da inserção sócio-profissional (neste, aliás, compondo verdadeiras corporações).

Se, no campo das “ciências duras”, aquelas mais diretamente envolvidas nos circuitos produtivos do capitalismo monopolista, os cortes e as fraturas encontram validações que se socorrem imediatamente de argumentos de ordem operativa, nas ciências humanas e sociais (várias delas também solicitadas por aqueles circuitos ³⁸) o recurso mais frequente é a uma epistemologia – expressamente anti-ontológica ³⁹ – que

³⁵ Uma de suas evidências também é a cada vez mais rara espécie dos *intelectuais públicos*; em registro teórico muito diverso do que orienta o presente texto e com outros interesses, Winock aborda aspectos interessantes deste processo, cuidando especificamente da intelectualidade francesa (cf. M. Winock, *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000). Destaque-se que se tal processo nada tem a ver com restrições ao exercício intelectual *stricto sensu*, tem tudo a ver com a base sócio-cultural sobre que e em que se desenvolve – para a cultura norte-americana, cf. R. Hofstadter, *O anti-intelectualismo nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

³⁶ Dispositivos extremamente compatíveis e articulados com epistemologias de fundo positivista e neopositivista.

³⁷ Documentação ampla e diferenciada, produzida por analistas situados nos mais diversos espectros do pensamento do século XX: autores vinculados à tradição marxista (G. Lukács, A. Gramsci, H. Lefebvre, H. Marcuse), à “Escola de Frankfurt” (M. Horkheimer, T. W. Adorno), sociólogos de variadas extrações (C. W. Mills, P. Bourdieu).

³⁸ Pense-se nas demandas postas a áreas como a sociologia e a psicologia do trabalho – e, ainda, aos próprios operadores da educação formal, incorporada aos serviços privados, tornada espaço mercantil de rentabilidade e subordinada às exigências de “formação do capital humano” (objeto, entre nós, de vários estudos de, entre outros, G. Frigotto).

³⁹ Mostras paradigmáticas mais que contemporâneas desse anti-ontologismo comparecem nas reflexões epistemológicas – e não apenas referidas às ciências sociais – que concebem o conhecimento teórico-científico como *jogo de linguagem* (J.-F. Lyotard, *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993) ou como *retórica* (Boaventura de S. Santos, *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política*

estabelece distinções científicas decalcadas da diferenciação de objetos que decorre claramente da administração burocrático-acadêmica das áreas do saber. Os efeitos deletérios, quer na produção do conhecimento, quer na formação de pesquisadores e profissionais, não se restringem às fronteiras formais que atomizam aquelas áreas – ganham, no limite, a dimensão da incomunicabilidade entre as “ciências duras” e as ciências sociais e humanas, que se ignoram e se desconhecem, refratárias às sucessivas retóricas da “multidisciplinariedade”, da “interdisciplinariedade” e da “transdisciplinariedade”⁴⁰.

Na medida em que a intervenção e a formação dos marxistas conquistou espaço no âmbito acadêmico – e sabe-se como foi tardia esta conquista –, também sobre eles se fez sentir o impacto da mencionada divisão sócio-técnica do trabalho intelectual: se aquela intervenção/formação, até o primeiro terço do século XX, transcorreu basicamente em espaços extra-universitários, pelo menos depois da Segunda Guerra Mundial, nos principais países capitalistas centrais, ela se deslocou em grande escala para a instituição universitária ou congêneres (comparem-se, por exemplo, as trajetórias de A. Bebel, F. Mehring, R. Luxemburgo, Lenin, Gramsci e C. Caudwell com as de P. Srafa, P. M. Sweezy, H. Lefebvre, R. Williams, E. P. Thompson, G. Della Volpe e L. Althusser⁴¹). Se a conquista de espaços acadêmicos abriu alternativas ao estudo sistemático da obra marxiana, também vulnerabilizou a incorporação da sua inteireza: Marx, ingressando na universidade, acabou por tornar-se um *clássico*, devidamente esquarterado e disperso pelos diversos departamentos das ciências sociais e humanas. O movimento institucional deu alento a um processo que, no marco teórico, já se esboçara na segunda metade do século XIX.

na transição paradigmática. 1. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. S. Paulo: Cortez, 2000).

⁴⁰ Até mesmo os defensores de uma “epistemologia pós-moderna” (p. ex., Boaventura de S. Santos) reconhecem tais efeitos e propõem uma nova relação entre ciências da natureza e ciências da sociedade. Desnecessário notar que a referida incomunicabilidade e o desconhecimento mútuo levam a mistificações “científicas” – cf. A. D. Sokal e J. Bricmont, *Imposturas intelectuais*. Rio de Janeiro: Record, 1999; breve e elucidativo balanço da repercussão deste livro, especialmente no Brasil, encontra-se no artigo “Imposturas intelectuais: algumas reflexões”, de J. J. Silva (*Natureza humana. Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise*. S. Paulo: vol. 6, nº 1, junho de 2004).

⁴¹ Evidentemente, os vínculos que muitos deles mantiveram com o movimento operário e organizações revolucionárias atenuou em alguma medida o impacto referido; contudo, à falta, no Ocidente, de uma ampla mobilização de massas conectada àquelas organizações debilitou a implicação desses vínculos (esta seria, conforme Anderson, uma das condicionantes do “marxismo ocidental” – cf. P. Anderson, *Considerações sobre o marxismo ocidental/Nas trilhas do materialismo histórico*. S. Paulo: Boitempo, 2004). E, na medida em que aqueles vínculos se reduziram, os fatores de resistência a tal impacto diminuíram muito.

Não é possível, aqui, mais que assinalar que, na sequência da explosão revolucionária de 1848, a pesquisa abrangente e inclusiva da realidade social tributária da Economia Política Clássica entrou, em função da crise desta, em franco colapso, do qual resultariam, de uma parte, *a teoria social de Marx* (embasada exatamente na crítica da Economia Política) e, doutra, com a afirmação das tendências da Economia tornada apologia da ordem como ciência especializada (na terminologia de Marx, *vulgar*), *as ciências sociais* – que emergem com a *desistoricização* da Economia e com a *deseconomicização* da teoria social ⁴².

Na sua gênese e em seu evolover, a teoria social de Marx e as ciências sociais (especializadas e autonomizadas da Economia) desenvolvem-se expressando interesses e projetos societários colidentes e mesmo antagônicos, tensionadas pelas lutas de classes travadas fora dos muros acadêmicos mas no seu interior refratadas, e num confronto em que, diferencialmente, nem sempre numa interação explícita, sofrem modificações e inflexões e assimilam componentes uma das outras. No campo das ciências sociais, a interação responde pela incorporação de fortes elementos críticos – como se verifica, por exemplo, na sociologia radical nos Estados Unidos (C. W. Mills) e na Inglaterra (M. Shaw) e em áreas das ciências sociais latino-americanas (lembrem-se, entre muitos, P. G. Casanova, E. Torres-Rivas, J. Nun, A. Cueva); no campo da tradição marxista, ademais de outras incidências, a mais significativa, a meu juízo, foi (e tem sido) a translação, para o trato da obra marxiana, dos recortes próprios às ciências sociais acadêmicas – o movimento próprio da institucionalização universitária, referido no parágrafo precedente, envolveu a tradição marxista, implicando, também nela, o mencionado *esquartejamento* de Marx. Se, tornado entre os acadêmicos mais sérios um *clássico*, ele é tomado ora como “sociólogo”, ora como “filósofo”, ora como “economista” etc., também entre marxistas cuja formação/intervenção inscreve-se na instituição acadêmica reitera-se um procedimento similar – em geral com a diferença, nada adjetiva, de não se converter Marx num pensador da ordem –: afirma-se uma

⁴² Este processo já foi objeto de análises percucientes – cf., entre as mais fecundas, a de H. Marcuse, *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Saga, 1969 (esp. segunda parte) e as páginas que G. Lukács dedica ao nascimento da sociologia (no capítulo VI de *El asalto a la razón*, cit.). Vale também a consulta à abordagem, operada num registro muito diverso, de A. W. Gouldner, *The Coming Crisis of Western Sociology*. New York: Basic Books, 1970 (esp. primeira parte).

sociologia marxista, uma teoria política marxista, replicando-se o procedimento em outras áreas de conhecimento autonomizadas/especializadas igualmente marxistas⁴³.

Se está claro que a interação entre a tradição marxista e a linhagem das ciências sociais trouxe ganhos e enriquecimentos também à primeira⁴⁴ e a abertura desta às ciências sociais deve ser ainda mais estimulada (inclusive pela necessária relação a ser mantida com o pensamento social contemporâneo), também deve ser fortemente evidenciado que há um *fundamento radicalmente distinto* na fonte marxiana, que a incompatibiliza, do ponto de vista teórico-metodológico, com as ciências sociais. Este fundamento é a crítica (ontológica) da Economia Política: a teoria social de Marx constrói-se, *necessariamente*, a partir da crítica da Economia Política; a teoria social de Marx só pode ser apreendida, compreendida e *desenvolvida* tendo por suporte a crítica da Economia Política. As ciências sociais constroem-se, na sua gênese e na sua evolução, com a postulação de objetos específicos tomados na sua *autonomia* em relação à dinâmica econômica que é o alvo da crítica da Economia Política⁴⁵. Reside

⁴³ Observe-se que a notação cabe às ciências sociais de raiz marxista que se estruturam *autonomizando o seu objeto* – nas palavras de Lukács, com “o estudo dos problemas da sociedade prescindindo da sua base econômica” (cf., *infra*, a nota 45); ela não se estende a análises que, *setoriais*, consideram concretamente a perspectiva da *totalidade* – como escrevi há mais de trinta anos, “a expressão *teoria setorial* não deve induzir a mal-entendidos ou equívocos. Se se considera que a teoria social fundada por Marx constitui-se de um complexo sistemático de formulações verificáveis concernentes à estrutura dinâmica, ao modo de ser e reproduzir-se de um ser social determinado (aquele que se articula no âmbito do modo de produção capitalista), então é legítimo postular-se que a análise crítica de distintos níveis da realidade deste ser estructure teorias setoriais. Não é preciso ressaltar que a teoria social não resulta da justaposição de teorias setoriais; os campos das pesquisas setoriais se abrem a partir das hipóteses, conquistas e avanços que, sob a perspectiva da totalidade, aquela instaura” (*Capitalismo e reificação*, ed. cit., nota à p. 88).

⁴⁴ Claramente identificáveis, p. ex., em cientistas sociais inscritos em espaços nacionais e culturais muito diversos como T. B. Bottomore e Florestan Fernandes.

⁴⁵ Escreveu Marcuse (em *Razão e revolução*, ed. cit., p. 335) que, tomada a teoria social como “ciência especial, com um objeto, uma estrutura conceitual e um método próprio” – e nisto consiste a sociologia –, tem-se a implicação de que as relações sociais “possam ser diferenciadas das relações físicas, econômicas, políticas ou religiosas, embora na realidade jamais ocorram sem elas”. E Lukács, em *El asalto a la razón* (ed. cit., p. 471), de forma mais contundente: “Criada a sociologia como ciência autônoma, processa-se nela o estudo dos problemas da sociedade prescindindo da sua base econômica; a suposta independência dos problemas sociais em relação aos econômicos é, de fato, o ponto de partida metodológico da sociologia” – e este “ponto de partida metodológico” está presente nas demais ciências sociais.

Os clássicos da sociologia são inequívocos a este respeito – veja-se Durkheim: a sua caracterização do objeto particular da Sociologia não dá lugar a dúvidas, como se verifica com nitidez, p. ex., n’*As regras do método sociológico*. S. Paulo: Martins Fontes, 2007 (mesmo acadêmicos que pretenderam ultrapassar seus limites mantêm a citada autonomia – cf., p. ex., A. Giddens, *As novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978); exemplar da permanência daquele “ponto de partida metodológico” na sociologia francesa de meados do século XX é o importante *Traité de Sociologie*, dirigido por G. Gurvith (Paris: PUF, I-II, 1958), que reuniu especialistas altamente credibilizados – cf. esp. a sua “introdução” e a sua “quarta parte”. A consolidação acadêmica da sociologia norte-americana levou ao extremo a “independência” aludida por Lukács (cf. T. Parsons, *The Social System*. New York: Free Press of Glencoe, 1959). Também aqui, a posição de Weber é peculiar: seu erudito conhecimento de

exatamente neste aspecto fulcral a incompatibilidade (ou, se se quiser, a relação de *exclusão teórico-metodológica*) entre a fonte marxiana e a linhagem das ciências sociais.

Detenhamo-nos por um momento na teoria social de Marx, que muito abreviadamente penso como *um complexo articulado de hipóteses verificadas e verificáveis, extraídas da análise histórica concreta, pertinentes à gênese, à consolidação, ao desenvolvimento e às condições de crise da ordem social que se estrutura sobre o modo de produção capitalista*. O objeto da teoria social de Marx não é “a” sociedade, não são as “relações sociais” – seu objeto é a *sociedade burguesa* (ainda que, para conhecê-la, ele tenha se detido sobre formas societárias precedentes). Circunscrito este objeto por Marx a partir de meados dos anos 1840, é no trato dele – trato que o ocupou por quase quatro décadas – que Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe permitiu a elaboração da sua teoria; tal perspectiva não antecedeu/sucedeu seu trabalho teórico: precisamente dada a sua fundamentação ontológica, o *método* de Marx constituiu-se simultaneamente (num árduo processo de pesquisa, que implicou giros, inflexões, revisões, abandono e retomada de problemas e soluções ⁴⁶) à constituição da sua teoria social. Não é casual que, dentre as bem poucas argumentações especificamente metodológicas de Marx, a mais substantiva seja aquela

história econômica permitiu-lhe abordagens sociológicas que intentam conectar-se à dinâmica econômica (recorde-se *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. S. Paulo: Pioneira, 1967) mas, como se constata nos seus escritos metodológicos, a especificação das ciências sociais se fez com a invocação da autonomia dos seus objetos (cf. esp. os textos reunidos em *Metodologia das ciências sociais*. S. Paulo/Campinas: Cortez/UNICAMP, 1-2, 1992 e o capítulo inicial de *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1, 2000; cf. ainda R. Swedberg, *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Beca, 2005). Em teóricos pós-modernos, e alguns de seus precursores, verifica-se como essa “independência”/“autonomização” foi visceralmente hipertrofiada, afetando nuclearmente a história como campo científico – se um deles decreta que “não existe uma história única, existem imagens do passado propostas a partir de diferentes pontos de vista” (G. Vattimo, in *Vattimo et alii, En torno a la posmodernidad*. Barcelona/Santa Fé de Bogotá: Anthropos/Siglo del Hombre, 1994, p. 104), outro propõe-se pensar “o trabalho histórico como o que ele manifestamente é: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (H. White, *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. S. Paulo: EDUSP, 1992, p. 11).

⁴⁶ Precisamente pela complexidade e não-linearidade da evolução teórico-metodológica de Marx, o conhecimento do seu itinerário intelectual é mesmo indispensável para a compreensão adequada do processo de constituição da sua obra. Desde 1918, quando se publicou a primeira biografia consistente de Marx (F. Mehring, *Karl Marx. A história de sua vida*. S. Paulo: Sundermann, 2013), multiplicaram-se os materiais pertinentes a este título, mas me permito chamar a atenção para duas obras, aliás muito diversas, pouco referidas entre nós: o excelente estudo de Cornu, que não chegou a completar-se (A. Cornu, *Karl Marx et Friedrich Engels: leur vie et leur oeuvre*. Paris: PUF, I-IV, 1958-1970), e o ensaio do marxólogo Rubel (M. Rubel, *Karl Marx: essai de biographie intellectuelle*. Paris: M. Rivière, 1957). Obra rigorosa e de referência sobre este aspecto é a de E. Mandel, *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

explicitada quando (na sequência dos estudos intensivos realizados após a experiência revolucionária de 1848-1849 e a dissolução da Liga dos Comunistas) a sua reflexão está prestes a realizar o *tour de force* documentado nos *Grundrisse* – refiro-me expressamente à sua célebre “introdução” (1857) ⁴⁷. Neste texto absolutamente fundamental, Marx determina o conhecimento teórico como o conhecimento do objeto – da sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente das aspirações e representações do sujeito que o pesquisa; Marx determina a teoria como *reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que cognoscente*. A atividade do sujeito (sujeito necessariamente qualificado cultural e cientificamente) é condição inarredável para o processo do conhecimento, mas este é conduzido segundo as exigências postas pelo objeto para que se obtenha a sua reprodução ideal (no cérebro do pesquisador): o sujeito nada apõe/impõe/atribui ao objeto – *extrai* dele as categorias (constitutivas, ontológicas – próprias ao seu modo de ser) que lhe são específicas mediante a perspectiva necessária à descoberta de tais categorias – descoberta que propicia aquela reprodução ideal; o método é a viabilização desta perspectiva ⁴⁸. Em Marx, pois, método e teoria articulam-se de modo tal que só é possível compreender o método na escala em que se realiza, simultaneamente, a compreensão do movimento do objeto que será reproduzido idealmente – o método é inseparável dessa reprodução, a teoria ⁴⁹.

⁴⁷ Os textos “metodológicos” de Marx são poucos – reduzindo-se mesmo, basicamente, a passagens de *A ideologia alemã*, à abertura do segundo capítulo da *Miséria da filosofia* e aos prefácio (1867)/posfácio (da 2ª. ed., 1873) do livro I d’*O capital* (afora trechos de sua correspondência). É claro que Marx não escreveu, à moda de Durkheim, as “regras” do seu método porque lhe tenham faltado tempo e/ou oportunidades – a razão é bem outra: era-lhe estranha a identificação ou a redução do método a normas formal-intelectivas e a procedimentos de pesquisa, documentais ou factuais; *era-lhe estranha uma formalização metodológica independente do desenvolvimento concreto da pesquisa do seu objeto*. Retome-se a notação leniniana assinalada na nota 29, *supra*.

⁴⁸ Sobre seu método, nada melhor do que a breve consideração marxiana no posfácio à 2ª. edição d’*O capital*, na sequência da reprodução (aprobatória) do comentário de um crítico, ao fim da qual adiciona, sinteticamente, determinações fundamentais (cf. *O capital*, ed. cit., I, 1, pp. 26-29). Glosei a concepção teórico-metodológica de Marx num pequeno ensaio (“Introdução ao método na teoria social”, in Vv. Aa., *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPS, 2009) que foi, a seguir, adaptado para a publicação do opúsculo *Introdução ao estudo do método de Marx*. S. Paulo: Expressão Popular, 2011.

⁴⁹ Inseparabilidade que não significa identidade: uma vez constituído na elaboração da teoria marxiana, o método de Marx é a condição para fazer avançar a teoria quando esta registrar defasagens em face da dinâmica do seu objeto. É por isto que Lukács pôde anotar, logo na abertura do primeiro ensaio de seu famoso livro de 1923, que a *ortodoxia* em matéria de marxismo (que nada tem a ver com *dogmatismo*) refere-se “exclusivamente ao método. [...] É a convicção científica de que no marxismo dialético se descobriu o método de investigação correto, [...] que só pode ter continuidade, ampliação e aprofundamento no sentido de seus fundadores” (G. Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, ed. cit., p. 13).

A exaustiva pesquisa de Marx demonstrou-lhe, na segunda metade da década de 1850, que o conhecimento teórico da sociedade burguesa – embasada no modo de produção capitalista – exige, *como ponto de partida*, o conhecimento teórico da produção das condições materiais que asseguram as condições da produção/reprodução dessa sociedade; para Marx, o conhecimento da produção daquelas condições *não* equivale ao conhecimento da vida social – é, tão somente, o componente necessário para que se inicie o seu estudo e se alcance o seu conhecimento teórico. *A análise da vida social não é redutível à análise da produção das condições materiais que a possibilitam* – transcende-as largamente. A teoria social que é capaz de reproduzir idealmente o *processo* real, o *movimento* constitutivo da sociedade burguesa (sua gênese, consolidação, desenvolvimento, suas condições de crise), requer – repita-se: como ponto de partida – o conhecimento da dinâmica da produção das condições materiais a partir das quais ela se articula e desenvolve e este conhecimento funda a teoria social e é estrato indescartável dela ⁵⁰.

Compreende-se que a elaboração de uma teoria social como a instaurada por Marx seja resultado de esforços coletivos, envolvendo gerações, levados a cabo por sujeitos sociais qualificados e inscritos na tensionalidade da vida social ⁵¹; a grandeza teórica de Marx, já mencionada, reside precisamente em que ele foi capaz de fundá-la, concretizar as suas bases e avançar na elaboração das linhas essenciais da sua arquitetura. Ora, mesmo com o acúmulo propiciado pelos esforços de gerações, a uma teoria com as características da de Marx escapa *a possibilidade da completude*, escapa *a possibilidade do exaurimento do objeto pela reflexão teórica*. O legado de Marx não consiste, pois, numa *teoria social conclusa, acabada* – e não porque tenha carecido de

⁵⁰ O conhecimento teórico é necessária e immanentemente crítico – na trilha de Marx, a expressão *teoria crítica* é óbvia redundância. Para Marx, na medida em que o conhecimento teórico não se reduz à descrição da *imediatez* dos fenômenos sociais e da sua interação, mas é a *reprodução ideal do seu movimento efetivo*, ou seja, é trazer à consciência a *processualidade real* do objeto – nesta medida, a teoria é crítica. E é indispensável assinalar que, para Marx, a verificação da *verdade* dessa reprodução é possível, mediante a sua prova na *prática social e histórica*, o que colide frontalmente as concepções pós-modernas de *verdade* e, obviamente, de conhecimento teórico: quando este é posto como “artefactualidade discursiva”, a “verdade é retórica, uma pausa mítica numa batalha argumentativa contínua e interminável travada entre vários discursos de verdade” (Boaventura de S. Santos, *op.cit.*, p. 96).

⁵¹ A inscrição na tensionalidade da vida social é dado factual na trajetória de todo grande pensador – e suas concepções teóricas, embora expressas individualmente, condensam *visões de mundo* de grupos sociais determinados, como as *classes*; com efeito, todo grande pensador *vocaliza* interesses e aspirações de sujeitos coletivos (para desenvolver a problemática aqui embutida, cf. a argumentação pertinente de L. Goldmann, *Le dieu caché*. Paris: Gallimard, 1955 e, ainda, a de M. Löwy na “introdução” a *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. S. Paulo: Cortez, 1994).

tempo para concluí-la, mas pela dinâmica histórico-real do próprio objeto⁵²; com efeito, a eventual completude da teoria marxiana só é pensável nas condições do exaurimento histórico-real do modo de produção capitalista e da formação societária nele embasada.

Coube a Marx, na criação da sua teoria social, *concretizar* as suas bases através da análise rigorosa do modo de produção capitalista (com mais precisão: através da *crítica* da Economia Política); e coube-lhe, simultaneamente ao processamento daquela análise, *avançar* na elaboração das linhas essenciais da sua arquitetura teórica: a *crítica* da ideologia, a *crítica* do Estado, a *crítica* da estratificação social (as classes sociais)... A teoria social de Marx, portanto, é, antes de mais, uma *teoria em desenvolvimento* – e isto num duplo sentido: quer relacionado ao processo elaborativo do próprio Marx, quer ao da tradição marxista⁵³. Todas as indicações (teóricas e prático-históricas) disponíveis demonstram a plena consistência da crítica da Economia Política efetuada por Marx: as descobertas que fez neste âmbito, com a precisa determinação da *lei econômica do movimento da sociedade moderna*⁵⁴, revelaram-se válidas – o que significa dizer que os *fundamentos* da sua teoria social permanecem inabalados. Mas o evoluir histórico-real do modo de produção capitalista prosseguiu e prossegue, com transformações que, sem infirmar o *núcleo duro* da crítica marxiana da Economia Política – afinal, o capitalismo não deixou de ser capitalismo –, põem em cena novos fenômenos, processos inéditos e categorias emergentes que Marx não conheceu nem analisou; daí a urgência de desenvolver aquela crítica (ou, noutras palavras, de compreender que a crítica de Marx, *necessária*, não é hoje *suficiente* para embasar o conhecimento teórico da vida social da sociedade burguesa⁵⁵). E o que vale para o fundamento da teoria social marxiana vale ainda mais para os outros níveis/instâncias da vida social: torna-se imperioso fazer

⁵² Dinâmica que, recuperando palavras de Lenin, faz com que “o fenômeno” seja sempre “*mais rico* do que a lei” (V. I. Lenin, *Cadernos sobre a dialética de Hegel*, ed. cit., p. 140).

⁵³ No que toca a Marx mesmo, tornam-se visíveis, mediante o exame textual do seu espólio, os desenvolvimentos, giros e revisões que realizou ao longo das suas pesquisas e as incontáveis questões que ele deixou teoricamente em aberto ou insuficientemente tratadas. No que tange ao acúmulo operado no marco da tradição marxista, este é eloquente o bastante para indicar os avanços feitos e, ao mesmo tempo, os seus limites e as possibilidades e as urgências da investigação para aprofundar/atualizar a teoria marxiana.

⁵⁴ É assim que Marx se refere ao objetivo da sua pesquisa (no prefácio à 1ª. ed. do livro I d’*O capital*). Para esclarecer o significado de *lei* na teoria marxiana, cf. a nota 130 aposta à “apresentação” a K. Marx, *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. S. Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 139-140. Como síntese das indicações sobre a plena consistência da crítica marxiana da Economia Política, cf. esp. as pp. 28-29 da “introdução” ao volume *O leitor de Marx*, ed. cit.

⁵⁵ É esta hipótese que orienta, mesmo que problemáticamente, o estudo de Anyon, já citado.

avançar, mediante investigações de caráter radical, a análise da estrutura social, das instituições e da cultura contemporâneas da ordem burguesa.

Se a linha de argumentação até aqui exposta tem procedência e pertinência – como é a convicção do signatário –, então os desafios teóricos que se colocam à tradição marxista não são de pouca monta. Enfrentá-los requer (ademais de condições prático-políticas e suportes oferecidos por forças e movimentos sociais) esforços coletivos e quadros intelectuais qualificados cultural e cientificamente – conhecedores da teoria social marxiana ⁵⁶, da tradição marxista e atentos tanto à factualidade da sociedade contemporânea quanto às suas expressões teóricas e anímicas e, enfim, que não temam correr os riscos inerentes à pesquisa teórica.

3.

A tematização da problemática da educação presente na obra marxiana já foi sumariada por estudiosos de Marx ⁵⁷. A meu juízo, o seu exame demonstra que: *a)* também no que a ela se refere, a teoria marxiana vocaliza demandas/interesses de um sujeito social bem determinado; *b)* tal tematização permeou o desenvolvimento da reflexão marxiana e o processo de constituição da sua teoria social; *c)* embora dispersa em textos distintos, com alcances e implicações diferenciados, ela não apresenta elementos de incoerência ou colidentes; porém, *d)* não se configura como *exposição sistemática* da problemática da educação.

Quanto à vocalização referida em *a)*, a sua verificação não oferece maiores dificuldades. O sujeito social em questão é aquele que conferiu os pilares sócio-históricos a toda a reflexão marxiana a partir de meados dos anos 1840: o proletariado revolucionário; com efeito, é a emergência do proletariado na cena política – tornada flagrante, em plano histórico-universal, com a explosão de 1848 – que ofereceu o

⁵⁶ Trocando em miúdos: que dominem o essencial da crítica da Economia Política (isto é, que controlem os *Grundrisse* e *O capital*) e saibam distinguir com clareza, no legado marxiano, a sua substancialidade teórica das suas avaliações determinadas conjuntamente.

⁵⁷ Os materiais que evidenciam esta tematização são bem conhecidos e parte do seu balanço aparece também em verbetes/artigos como os coligidos em G. Labica/G. Bensussan, dirs., *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: PUF, 1985, T. Bottomore, ed., *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, J. Bidet/E. Kouvélakis, dirs., *Dictionnaire Marx Contemporain*. Paris: PUF, 2001, Eike Bohlken-C. Henning, eds., *Marxglossar*. Berlin: Freitag, 2006, D. Walker/D. Fray, eds., *Historical Dictionary of Marxism*. Lanham (Maryland): The Scarecrow Press, 2007 e I. Fraser/L. Wilde, *The Marx Dictionary*. London/New York: Continuum, 2011.

mirante (M. Löwy) a partir do qual Marx situou-se para elaborar a sua teoria⁵⁸. Ora, uma importantíssima demanda proletária, herdada das lutas anteriores a 1848 e já assumida pelos “socialistas utópicos” (R. Owen), percorre, desde então, a obra de Marx (e a de Engels que, nesta oportunidade, estamos secundarizando): *a escola obrigatória, gratuita, laica e vinculada ao trabalho* – e percorre-a paralelamente à contínua denúncia das manobras patronais contra ela e os seus procedimentos que, para assegurar a exploração do trabalho infantil, penalizavam duramente as crianças⁵⁹.

É de observar que “a combinação da educação com a produção material”, sempre invocada por Marx, não se prende apenas à projeção radicalmente revolucionária de superar a contraposição trabalho manual/trabalho intelectual (constitutivo elementar da divisão social do trabalho, divorciando execução de concepção, com todas as implicações daí decorrentes). Em Marx, esta projeção – que põe no horizonte do possível e do viável (e desejável) o florescimento omnidimensional da personalidade dos indivíduos (o *homem total*) – se conecta também ao desenvolvimento das forças produtivas deflagrado pelo modo de produção capitalista⁶⁰. É igualmente de observar que a consequência da “combinação da educação com a produção material”, a *educação politécnica*⁶¹, foi, posteriormente, objeto de

⁵⁸ Não cabe retomar aqui esta questão (aludida *supra*, nota 51); basta, somente, referir a tese do *ponto de vista do proletariado* (Lukács) como suporte do pensamento marxiano; no “prólogo” que preparei para K. Marx-F. Engels, *Manifesto do partido comunista*. S. Paulo: Cortez, 1998, pp. XXXIII-XLV, a questão é desdobrada.

⁵⁹ Nos *Princípios do comunismo* (1847), Engels já arrolava, no programa revolucionário a implementar com o estabelecimento de um “regime democrático”, pensado como “dominação política do proletariado”, a “educação de todas as crianças [...] em estabelecimentos gratuitos estatais. Vinculação do ensino com o trabalho fabril” (cf. Engels. S. Paulo: Ática, vol. 17 da “Coleção Grandes Cientistas Sociais/Política”, 1981, p. 93); no *Manifesto do partido comunista*, Marx e Engels pontuam como medida do programa revolucionário: “educação pública gratuita para todas as crianças. Abolição do trabalho infantil nas fábricas na sua forma atual. Combinação da educação com a produção material etc.” (cf. K. Marx-F. Engels, *Manifesto...*, ed. cit., p. 31); a permanente defesa desse *ponto programático* ocupará Marx até seus últimos anos – em 1875, por exemplo, ele discute a forma como o “Programa de Gotha” a propõe (cf. K. Marx-F. Engels, *Obras escolhidas em três volumes*. Rio de Janeiro: Vitória, vol. 2, 1961, p. 224 e ss.). A crítica ao patronato capitalista comparece, p. ex., em F. Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. S. Paulo: Boitempo, 2010, p. 149 e ss. e em K. Marx, *O capital. Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 2008, p. 457 e ss., p. 561 e ss.

⁶⁰ Cf., p. ex., K. Marx, *O capital...*, ed. e loc. cit., p. 550-553; note-se a relevância, para a questão aqui tratada, do capítulo XIII d’*O capital* – referenciado nesta nota e na anterior.

⁶¹ Em texto redigido em fins de agosto de 1866 (*Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório* [da Associação Internacional dos Trabalhadores] *sobre algumas questões*), Marx esquematiza o seu entendimento de *educação*, que compreende a *educação espiritual*, a *educação física* e a *educação politécnica* (cf. C. Marx-F. Engels, *Obras fundamentais. La Internacional*. México: Fondo de Cultura Económica, vol. 17, 1988, p. 18).

significativas experiências e debates ⁶². Enfim, é importante lembrar que, na defesa da reivindicação proletária da escola obrigatória, Marx, no curso do seu desenvolvimento teórico-político, distinguiu o caráter compulsório e público da educação de qualquer “educação governamental” ⁶³.

Igualmente como o que acima se assinalou em *a)*, não há discussão significativa quanto ao referido em *b)* e *c)*: a tematização da problemática da educação é seguramente localizável em textos de meados da década de 1840 até os anos 1870 e, mesmo registrando matizes diferenciados, não apresenta incongruências ou giros que afetem a sua substantiva continuidade ⁶⁴.

Também o que se referiu em *d)* não é significativamente discutível – mas os seus desdobramentos é que são importantes. Se em Marx não encontramos uma *exposição sistemática* da problemática da educação, não encontraremos, menos ainda, uma *teoria da educação* sistematizada – o que parece ser uma verificação consensual à maioria dos pensadores da educação que estabeleceram com a obra de Marx uma relação profunda, não uma interlocução episódica ou pontual. Pois bem: estou convencido de que esta verificação não aponta para a existência de uma eventual “lacuna” na obra de Marx: ela mostra, simplesmente, que a educação não constituiu o objeto da sua investigação (como não o constituíram a arte e tantas outras realidades e objetivações históricas da humanidade) – lembremos, repitamo-lo mais uma vez, que Marx propôs-se a reprodução ideal da “lei econômica do movimento da sociedade moderna”, ponto arquimédico a partir do qual torna-se possível a reprodução ideal do movimento da própria sociedade moderna (entenda-se: burguesa). Marx legou-nos o fundamento, a sólida base da sua teoria social (a análise do modo de produção capitalista) e a indicação da sua arquitetura, com pistas e sugestões das grandes linhas do seu desenvolvimento;

⁶² Proposições e experiências referidas a intentos de vinculação entre os três níveis constitutivos da educação apontados por Marx (cf. a nota precedente), e que os bolcheviques designaram como “educação comunista”, podem ser rastreadas, p. ex., em textos de N. Krupskaja, M. M. Pistrak, A. S. Makarenko e P. P. Blosnki. Para uma referência sintética acerca da educação politécnica, cf. o verbete correspondente (de J. Rodrigues) em I. B. Pereira e J. C. F. Lima, orgs., *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008; neste e noutros verbetes desta obra, há pertinentes indicações bibliográficas.

⁶³ Cf. as suas intervenções (agosto de 1869), no interior dos debates da I Internacional, reproduzidas em M. Musto, org., *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional*. S. Paulo: Boitempo/Fund. Perseu Abramo, 2014, pp. 229-230.

⁶⁴ Como constataram praticamente todos os estudiosos que se debruçaram sobre as tematizações marxianas.

não nos deixou uma teoria cerrada – antes, entregou-nos um “guia para o estudo”⁶⁵. Por isto, não se me afigura pertinente, no âmbito da educação como em outros âmbitos determinados da vida social, requisitar da teoria social marxiana conteúdos específicos e particulares ao modo do que fazem, ou pretendem fazê-lo, as ciências sociais autonomizadas. Pertinente é indagar se ela, como fundante/fundadora do conhecimento teórico da sociedade burguesa, oferece elementos para reproduzir idealmente o movimento real do objeto posto na problemática da educação. Noutras palavras: é pertinente indagar se, na teoria social de Marx, encontra-se a fundamentação necessária para articular, formular e desenvolver *teorias setoriais da educação*. Penso que a resposta a esta indagação é afirmativa – um peremptório *sim*.

É possível elaborar concepções teóricas e sistemáticas da educação legitimamente legatárias da/compatíveis com a teoria social marxiana, sob a condição de a interlocução com Marx incorporar as mínimas condições resumidas na seção precedente desta *breve nota*, indispensáveis para evitar as contrafações dos marxismos vulgares, dos reducionismos de quaisquer espécies e do referido *esquartejamento* de Marx. Vale dizer: concepções que não reifiquem o seu objeto, atribuindo-lhe uma substancialidade, uma autonomia artificiais – que sejam capazes de apreender a sua estrutura peculiar na complexidade da vida social (a peculiaridade que o situa como uma das totalidades constitutivas da totalidade social concreta, macroscópica, inclusiva e dinâmica que é a sociedade burguesa). Trata-se, pois, se se quiser, de elaborar concepções teórico-sistemáticas da educação que não se estatuem como esferas teóricas independentes, como “teorias marxistas” da educação auto-explicativas e auto-centradas, mas sim como concepções teórico-sistemáticas enquanto *teorias setoriais* integradas, articuladamente, na teoria social fundada por Marx⁶⁶.

E a resposta *claramente afirmativa* àquela indagação está inscrita nas elaborações resultantes do empenho analítico, individual e/ou coletivo, de que intelectuais vinculados à tradição marxista deram provas ao longo de mais de um século na crítica às teorias/filosofias da educação, à instituição escolar, a

⁶⁵ Nas palavras de Engels – cf. a carta citada na nota 10, *supra*.

⁶⁶ Talvez valha a pena trazer à colação, aqui, entre outras a serem referidas, a problemática da estética, também objeto de tematização por Marx: sabe-se que Marx não nos deixou uma estética mas, das suas reflexões, marxistas (citemos aleatoriamente, entre outros, Plekhanov, Mehring, Lifschitz, Lukács, Lefebvre, Della Volpe, Fischer) extraíram elementos substantivos para a construção (mais ou menos) sistemática de teorias estéticas.

técnicas/procedimentos pedagógicos, resultantes que se podem examinar em documentação e bibliografia de público e razoável conhecimento. O acúmulo alcançado constitui um rico e diversificado acervo que, componente da tradição marxista, permite ajuizar tanto da sua própria valia na massa crítica produzida quanto da relevância e da substancialidade dos subsídios que se extraem da obra de Marx. Nessa massa crítica, não se configurou a concepção marxista da educação: configuraram-se, no plural, *concepções marxistas da educação*; tomaram corpo, no campo da tradição marxista, *teorias setoriais da educação* – teorias cujas articulação categorial, densidade e abrangência são diferenciadas e cujas implicações prático-sociais não são idênticas ou coincidentes⁶⁷.

E se uma interlocução adequada com a teoria social de Marx – isto é, com a apropriação dos avanços operados pela tradição marxista, *mas sem substituir a escritura marxiana pelos seus intérpretes*⁶⁸ – é indispensável, repita-se, para a elaboração fundada de tais concepções teórico-sistemáticas, nem mesmo com ela questões e dilemas basilares de natureza teórica estão obviados, porque, entre outras razões, existem *objetivamente*, no interior da tradição marxista, disputas interpretativas muito complexas e polêmicas que não podem ser vistas como fechadas e demandam um exame acurado das suas bases teóricas. No caso da educação, para dar uma noção de algumas dessas questões, indiquem-se apenas três que segregam núcleos particularmente problemáticos:

⁶⁷ Reiterando que não possui um conhecimento detalhado da área da educação, atrevo-me a avaliar como os esforços mais exitosos até agora realizados nesta direção aqueles dos marxistas que incorporam a contribuição gramsciana, capaz de superar viéses economicistas (ainda que muitos tenham enfermado de um tendencial reducionismo politicista). Após a adequada publicitação dos escritos de Gramsci – e entendo que o seu marco foi a edição crítica dos *Cadernos do cárcere* sob a responsabilidade de V. Gerratana (A. Gramsci, *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975) –, a leitura do comunista sardo foi corretamente dimensionada, tanto mais se subsidiada com o recurso ao bem posterior *Dizionario gramsciano. 1926-1937* (Roma: Carocci, 2009, aos cuidados de G. Liguori e P. Voza). Desde 1999, tem-se no Brasil edições rigorosas tanto dos *Cadernos...* quanto dos *Escritos políticos* e das *Cartas do cárcere* (lançadas, sob a responsabilidade de Carlos Nelson Coutinho, entre 1999 e 2005, pela Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro). Recordemos que a obra de Gramsci foi criativa e diferencialmente recepcionada no Brasil por vários estudiosos, com destaque especial para Carlos Nelson Coutinho e Edmundo Fernandes Dias e, entre os mais jovens, Marcos Del Roio e Álvaro Bianchi.

⁶⁸ Mas não só – a qualificação exigida dos pensadores, como vimos, requer também a interlocução com a cultura e a ciência contemporâneas que se desenvolvem *fora* do circuito teórico marxista.

- a) *a questão da ideologia*⁶⁹ – se não se pode pensar uma concepção teórico-sistemática da educação sem enfrentar esta questão, põe-se a opção de operar com o conceito marxiano de *ideologia* desenvolvido em 1845-1846 (n’A *ideologia alemã*), nitidamente crítico-negativo, ou de recorrer ao conceito elaborado em finais dos anos 1850 (que comparece no prefácio, de janeiro de 1859, de *Para a crítica da economia política*), que não exclui o anterior, mas é muito mais abrangente que ele; ou, ainda, de incorporar tratamentos mais recentes e inovadores da questão⁷⁰. Dessas diversas alternativas resultam diferentes equacionamentos para as concepções teórico-sistemáticas da educação;
- b) *a questão da essência e da natureza humanas* – nenhuma elaboração sistemática referida à educação, reivindicando-se articulada à teoria social de Marx, pode eludir o debate sobre dimensões propriamente antropológicas, debate inconcluso que põe em tela a *concepção de homem*; são substantivas as polémicas para avaliar em que medida é possível afirmar que uma tal concepção está contida na teoria marxiana e de qual é, nela, o seu estatuto⁷¹;
- c) *a questão da personalidade* – imbricado diretamente na questão anterior, está o complexo problema da constituição do indivíduo humano singular (em Marx, sempre indivíduo *social*), que supõe, para elaborações sistemáticas na área da educação, entre outros, a elucidação e o conhecimento dos mecanismos e dispositivos ligados à produção/reprodução da subjetividade e à dinâmica mental, com a óbvia remissão também à psicologia⁷².

⁶⁹ É claro que, do ponto de vista teórico, não se pode tomar senão como paupérrima a *ideologia* tal como conceptualizada a partir da II Internacional, relacionada direta e imediatamente às “concepções de mundo” burguesa e proletária.

⁷⁰ Penso, especialmente, no cuidado – muito original e, a meu juízo, plenamente compatível com os fundamentos da teoria marxiana – que a questão recebeu de Lukács em *Para uma ontologia do ser social* (cf., na ed. cit., o vol. II, p. 355 e ss.).

⁷¹ “Essência humana” não se identifica com “natureza humana”. Sobre estas duas categorias, cf. a longa nota (a de nº 164) aposta à “apresentação” a K. Marx, *Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, ed. cit., pp. 158-160, que arrola bibliografia pertinente. Cabe registrar que um título de destaque, ali citado, teve recente edição entre nós: G. Márkus, *Marxismo e antropologia. O conceito de “essência humana” na filosofia de Marx*. S. Paulo/Criciúma: Expressão Popular/EDIUNESC, 2015.

⁷² Aqui, como na questão anterior, a produção dos marxistas apresenta-se como campo problemático dos mais complexos, confrontando perspectivas teóricas que disputam a sua vinculação com o pensamento marxiano de modo nem sempre claro nem livre de ambiguidades e ecletismos – estão em jogo articulações de finas e evanescentes mediações que envolvem a relação dos quadros sociais do conhecimento e a estrutura social, do sujeito individual e da consciência social etc. nas fronteiras da ontologia e da epistemologia. Uma das linhas exploradas pelos marxistas franceses – a que se constitui a

O signatário desta *breve nota* carece da competência exigível para avaliar em que escala a problematização aqui rapidamente sugerida marcou concretamente a elaboração marxista de concepções teórico-sistemáticas da educação no curso do século XX. Mas – levando em conta o que se assinalou precedentemente – não parece uma hipótese sem base supor que elas, certamente em medida diversa, trazem em sua formulação várias limitações, o que de algum modo exige revisões e sobretudo ampliações para dar conta de como as transformações societárias próprias da transição do século XX ao XXI as interpelam e, sobretudo, identificar a eventual exigência do seu *aggiornamento*. Com efeito, mesmo aquelas formulações do último terço do século XX (como as que constituem a *pedagogia histórico-crítica*) defrontaram-se com processos que, então emergentes, já hoje são claramente tendências consolidadas – por isto, devem exigir novas análises *necessárias* para o avanço das elaborações da tradição marxista no seu âmbito, senão sob o risco de se tornarem, a curto ou a médio prazo, *insuficientes*.

Na perspectiva de um tal *aggiornamento*, há que não subestimar as variáveis que o dificultam, variáveis políticas, ídeo-culturais, institucionais etc. – entre elas, o supra-referido *Zeitgeist* dos “tempos conservadores”, engrenado a uma intensa *decadência ideológica*⁷³; também por isto a interlocução dos pensadores marxistas da educação com o pensamento social contemporâneo vê-se problematizada: os aportes de outras áreas de conhecimento que poderiam/podem ser apropriados mostram-se muito amesquinhados pelos estilos de pensamento atualmente dominantes nas ciências sociais e humanas, afetadas pela retórica da “crise dos paradigmas”, que condenam as “grandes

partir de G. Politzer, passa por H. Wallon e encontra expressão cuidadosa em Sève (L. Sève, *Marxisme et théorie de la personnalité*. Paris: Ed. Sociales, 1969; há que levar em conta o substantivo desenvolvimento filosófico-antropológico da obra de Sève, registrado em textos mais recentes: *Penser avec Marx aujourd'hui*. 1. *Marx et nous*. 2. “*L’Homme*”?. Paris: La Dispute, 2004-2008; cf. também *Qu’est-ce que la personne humaine. Bioéthique et démocratie*. Paris: La Dispute, 2006) – é especialmente fecunda. Noutra nível, é um referencial complementar o trabalho da hoje ex-marxista Heller (A. Heller, *Sociologia della vita quotidiana*. Roma: Riuniti, 1975). Esse campo problemático está cortado por perspectivas teóricas contrapostas – um pequeno exemplo: se o marxista Goldmann incorporava a epistemologia de J. Piaget em passos essenciais da sua obra (para ele, Piaget “reencontrou empiricamente [...] quase todas as posições fundamentais que Marx formulara cem anos antes no domínio das ciências sociais” – cf. L. Goldmann, *Marxisme et sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1970, p. 29), em Duarte, outro marxista, encontra-se sólida argumentação que questiona duramente as implicações da obra piagetiana na educação (N. Duarte, *Vigotski e o “aprender a aprender”*. *Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. Campinas: Autores Associados, 2004).

⁷³ A expressão tão somente denota a degradação do pensamento que serve à ordem, degradação emergente entre economistas na terceira década do século XIX e generalizada na cultura própria à sociedade burguesa depois de 1848 – cf. K. Marx, posfácio da 2ª. ed. (1873) d’*O capital* (na ed. cit., a passagem encontra-se em I, vol. 1, pp. 23-24) e o ensaio lukacsiano “Marx e o problema da decadência ideológica” (in G. Lukács, *Marxismo e teoria da literatura*. S. Paulo: Expressão Popular, 2010).

narrativas”⁷⁴. E se o ponto de partida desse *aggiornamento* é a compreensão das transformações societárias em curso, agora a crítica da Economia Política marxiana já não basta, como já não bastam os seus desenvolvimentos até os inícios do último quartel do século XX: o capitalismo da era monopólica pós-anos 1970, pelas mudanças que operou na dinâmica produtiva, com rebatimentos que incidiram (e incidem) fortemente no “mundo do trabalho”⁷⁵, na relação entre ciência/tecnologia/produção, na estrutura de classes (e na própria estrutura da família⁷⁶), na mercantilização total dos *serviços*, na dinâmica cultural etc., exige um novo trato⁷⁷.

Nesta linha argumentativa, torna-se claro que o eventual *aggiornamento* em tela requer muito mais que o *ponto de partida necessário* de uma crítica *contemporânea* da Economia Política: requer, para além de uma revisão crítica das concepções teórico-sistemáticas da educação elaboradas no curso da segunda metade do século XX (que identifique, em face da contemporaneidade, os conteúdos válidos dos seus “núcleos duros” e localize as suas eventuais debilidades e insuficiências), pesquisas – factuais, empíricas, mas também prospecções de natureza teórica – sobre novos condicionantes *contemporâneos* da educação. Está mais ou menos clara, para os pensadores marxistas da área da educação, a distinção entre contributos de vária ordem *sobre a educação*⁷⁸ e

⁷⁴ Sobre as questões aqui envolvidas, cf., entre muitos títulos, o já citado “G. Lukács: um exílio na pós-modernidade”, A. Callinicos, *Against Postmodernism*. Cambridge: Polity Press, 1989, T. Eagleton, *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 (mas também *Depois da teoria. Um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005) e E. M. Wood e J. B. Foster, orgs., *Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, além do didático ensaio de J. E. Evangelista, *Teoria social pós-moderna. Introdução crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2007. Poucas das “ciências sociais e humanas” foram tão afetadas por tais estilos quanto a *história* – parte do processo que a tornou o que hoje ela é está sinalizado em F. Dosse, *A história em migalhas. Dos Annales à Nova História*. S. Paulo/Campinas: Ensaio/UNICAMP, 1994; alguns efeitos das tonalidades dominantes desses estilos (com ênfase no Brasil) estão registrados em D. B. de Melo, org., *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁷⁵ Na bibliografia brasileira, são aqui referenciais os estudos de Ricardo Antunes.

⁷⁶ É de assinalar o restrito conhecimento da produção de marxistas sobre instituições como a família – p. ex., investigações como a de Therborn (G. Therborn, *Sexo e poder. A família no mundo. 1900-2000*. S. Paulo: Contexto, 2006) são pouco exploradas. O mesmo ocorre – não casualmente – com elaborações pertinentes a outros níveis e instâncias da vida social.

⁷⁷ É fato que, nas três últimas décadas, houve uma notável renovação da tradição marxista no terreno da crítica da Economia Política – embora seja inegável que as pesquisas mais rigorosas (como a encetada, p. ex., por Mészáros no citado *Para além do capital*) ainda não ofereçam uma compreensão suficiente do capitalismo dos nossos dias. Entretanto, a renovação não se limitou à crítica da Economia Política – em relação a praticamente todas as transformações societárias ocorrentes no capitalismo contemporâneo há documentação, produzida e em produção pela tradição marxista, que já propicia a crítica do essencial do pensamento social dominante e de realidades que ele (mal) expressa.

⁷⁸ De que é exemplo o conhecido trabalho sociológico de P. Bourdieu e J. C. Passeron, *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. Ou ainda

teorias da educação; numa perspectiva que se reclame marxista, estas últimas gozam de uma “autonomia relativa” em face daqueles. “Autonomia relativa” está longe de equivaler a separação ou independência – o que significa que, no caso dos marxistas, suas *teorias (setoriais) da educação* devem orientar os *estudos sobre educação* mas, de outra parte, devem também incorporar os novos elementos que eles podem sinalizar. Talvez as implicações desta interação fiquem claras se tomarmos como objeto a *pedagogia histórico-crítica* desenvolvida no Brasil. As suas bases e a sua estrutura desenvolveram-se, no último terço do século XX; cabe investigar se as transformações operadas no Brasil, no plano econômico-social e político, especialmente a partir de finais da década de 1990, acarretam (ou não) rebatimentos nas suas bases e na sua estrutura⁷⁹. Parece ter fundamento a hipótese de que a *pedagogia histórico-crítica*, em face do estoque recente de *estudos sobre a educação*, apresenta-se com relativa solidez – mas há que colocar esta hipótese à prova. Tudo indica, todavia, que uma prova inequívoca haveria de residir em testar a viabilidade – nas *condições contemporâneas* (e institucionais) das atividades educativas e pedagógicas, em geral objetos dos *estudos sobre a educação* – da *pedagogia histórico-crítica* como diretriz efetiva de práticas educativas e pedagógicas. Ou, inversamente, em determinar concretamente os impositivos contemporâneos desta efetivação.

Levados em conta os elementos desfavoráveis, inferíveis a partir do *Zeitgeist* dos “tempos conservadores” e da política social da educação, poderia parecer que as perspectivas imediatas do eventual *aggiornamento* a que estamos nos referindo não são das melhores. Contudo, o acúmulo já alcançado no acervo a que também nos referimos sugere que o potencial criativo que ele porta é de tal monta que os desafios do tempo

contributos referidos a realidades nacionais, como, para o Brasil, H. M. Levin *et alii*, *Educação e desigualdade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984 e, para a Argentina dos anos 1990, P. A. Gentili, *Poder econômico, ideología y educación*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 1994.

⁷⁹ Transformações, por exemplo, na formulação da política social da educação, desde então marcada por uma inédita *heteronomia* – pense-se na sua adequação às normativas do Banco Mundial –, por um também inédito processo de sucateamento das agências educacionais públicas etc.; já há, entre os intelectuais da área, relativo acúmulo sobre tais transformações, que impactam decisivamente a organização e a dinâmica das instituições encarregadas da educação formal (no caso da universidade, pense-se, p. ex., na verdadeira *contra-reforma* iniciada no primeiro mandato presidencial de F. H. Cardoso e continuada nos governos seguintes, assim como nas exigências atuais das agências de fomento à pesquisa). Para tais transformações e seus impactos, cf., entre muitos, os estudos pertinentes de G. Frigotto e R. Lehrer; um produtivo esforço para detectar alguns dos novos condicionantes referidos acima, no corpo desta *breve nota*, encontra-se em J. C. França Lima e Lúcia M. W. Neves, orgs., *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

histórico presente serão positivamente solucionados – e com tanto maior força se a *velha toupeira* continuar avançando no seu trabalho discreto, mas imparável.